

# CANTÃO

PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO

Fonte: Thiago Portelinha

## PLANO DE COMUNICAÇÃO



**INSTITUTO**  
DE ATENÇÃO ÀS CIDADES

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO TOCANTINS





PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO

## PLANO DE COMUNICAÇÃO



**INSTITUTO**  
DE ATENÇÃO ÀS CIDADES

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO TOCANTINS



**APA ILHA DO BANANAL CANTÃO**

**Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS**

**Cledson da Rocha Lima**

Presidente

**Perla Oliveira Ribeiro**

Diretora de Biodiversidade e Áreas Protegidas

**Victor Danilo Moreto**

Gerente das Unidades de Conservação

**Associação para o desenvolvimento sustentável do Tocantins – ADSTO**

**Arnardino dos Santos Gabriel**

Presidente

**Hércules Jackson Moreira Santos**

Advogado

**Pedro Igor Galvão Gomes**

Arquiteto e Urbanista

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT**

**Luis Eduardo Bovolato**

Reitor

**Marcelo Leineker Costa**

Vice-reitor

**Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Estado do Tocantins - FAPTO**

**Leo Araújo da Silva**

Diretor Presidente

**Equipe Técnica – Instituto de Atenção às Cidades - UFT**  
**Coordenação e Acompanhamento**

**Humberto Xavier de Araujo**

Doutor em Engenharia Elétrica – Professor de Engenharia Elétrica e no PpgMCS/UFT  
Coordenador Geral

**Maria Carolina D'Oliveira**

Doutora em Biotecnologia – Professora de Engenharia Civil da UFT  
Coordenadora Técnica

**Thiago Costa Gonçalves Portelinha**

Doutor em Ciências Biológicas – Professor da Engenharia Ambiental e no PpgCiamb/UFT  
Especialista Sênior em Meio Físico

**Elineide Eugênio Marques**

Doutora em Ambientes Aquáticos – Professora da Biologia e no PpgCiamb/UFT  
Especialista Sênior em Meio Biótico

**Fernando Sérgio de Toledo Fonseca**

Doutor em Economia – Professor da Economia da UFT  
Especialista Sênior em Socioeconomia

**Rodolfo Alves da Luz**

Doutor em Geografia Física – Professor da Geografia e no PpgDR/UFT  
Especialista Sênior em Sistemas de Informações Geográficas (SIG)

**Fernan Enrique Vergara Figueroa**

Doutor em Recursos Hídricos – Professor da Engenharia Ambiental da UFT  
Especialista Sênior em Recursos Hídricos

**Sarah Afonso Rodovalho**

Doutora em Desenvolvimento Regional – Prof. da Arquitetura e Urbanismo e no PpgCiamb/UFT  
Especialista Sênior em Leitura Comunitária

**Polliana Gomes Lopes**

Doutora em Ecologia – Professora da Engenharia Ambiental da UFT  
Especialista Júnior em Meio Físico

**Ana Livia de Macêdo Arouca de Lima**

Mestre em Propriedade Intelectual – Professora da Engenharia Civil da UFT  
Especialista Júnior em Leitura Comunitária

**Clara Silva Gonçalves**

Geógrafa – Mestranda na Geografia UFT  
Especialista Júnior em Sistemas de Informações Geográficas (SIG)

**Erlan Silva de Sousa**

Mestre em Ciências do Ambiente PpgCiamb/UFT

**Murillo Barros de Carvalho**

Mestre em Agroenergia – Doutorando PpgCiamb/UFT

**Juliana Barros Martins Coelho**

Assistente Administrativo

**Erika Torres Salles**

Estagiária - Graduanda em Arquitetura e Urbanismo UFT

**Lucilene Leite Pereira**

Estagiária - Graduanda UFT

**Paulo Palmeira de Souza Júnior**

Estagiário – Graduando Economia UFT

**Mariana Alves da Silva**

Estagiária – Graduanda UFT

#### **DIREITOS AUTORAIS**

Copyright@2025 de Instituto de Atenção às Cidade – IAC da Universidade Federal do Tocantins. Todos os direitos reservados. Este documento ou qualquer parte dele não pode ser reproduzido ou usado de forma alguma sem a autorização expressa, por escrito, do autor, exceto pelo uso de citações breves em uma resenha do documento. Maria Carolina de Paula Estevam D'Oliveira; Dr. Thiago Costa Gonçalves Portelinha; Humberto Xavier de Araujo. Primeira edição, 2025.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
1. INTRODUÇÃO.....	9
2. IDENTIFICAÇÃO DOS ATORES E PÚBLICO-ALVO .....	10
<b>2.1. Equipe de Planejamento, Naturatins, e Prefeituras Municipais .....</b>	<b>10</b>
<b>2.2. O Conselho Deliberativo da APA .....</b>	<b>13</b>
<b>2.3. Demais Atores Sociais por Município .....</b>	<b>14</b>
2.3.1. Abreulândia .....	14
2.3.2. Araguacema .....	14
2.3.3. Caseara .....	15
2.3.4. Chapada de Areia .....	16
2.3.5. Divinópolis do Tocantins.....	16
2.3.6. Dois Irmãos do Tocantins .....	17
2.3.7. Marianópolis do Tocantins .....	17
2.3.8. Monte Santo do Tocantins .....	18
2.3.9. Pium .....	18
3. ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO E MOBILIZAÇÃO .....	19
<b>3.1. Material de divulgação .....</b>	<b>19</b>
3.1.1. Caracterização e Resumo da Gestão .....	19
3.1.2. Guia do Participante.....	20
3.1.3. Outros materiais gráficos e digitais.....	21
<b>3.2. Meios de Comunicação e Mobilização.....</b>	<b>22</b>
3.2.1. Documentos oficiais - Ofícios/ convites/ e-mails .....	22
3.2.2. Audiovisual e Internet .....	22
4. PROCEDIMENTO DAS AÇÕES COMUNITÁRIAS .....	25
<b>4.1. Plenária do Conselho Deliberativo da APA Ilha do Bananal/Cantão .....</b>	<b>26</b>
<b>4.2. Reuniões setoriais.....</b>	<b>26</b>
<b>4.3. Oficinas de revisão do Plano de Manejo .....</b>	<b>27</b>
<b>4.4. Audiências Públicas.....</b>	<b>28</b>
5. CRONOGRAMA DE EVENTOS .....	30
REFERÊNCIAS .....	31

## APRESENTAÇÃO

A **Área de Proteção Ambiental (APA) Ilha do Bananal/Cantão** foi criada pela Lei Estadual nº 907 em 20 de maio de 1997 com objetivo de garantir a conservação da fauna, da flora, do solo, e proteger a qualidade das águas e as vazões de mananciais da região. Com uma área de terras de 185.240,6290 hectares<sup>1</sup> abrange nove municípios: Abreulândia, Araguacema, Caseara, Chapada de Areia, Divinópolis do Tocantins, Dois Irmãos do Tocantins, Marianópolis do Tocantins, Monte Santo do Tocantins e Pium, sendo Caseara, Araguacema e Marianópolis do Tocantins completamente inseridos nos limites da APA (**Figura 1**). Está previsto na Lei Estadual nº 907/ 1997 que a implantação, supervisão, administração e fiscalização da **APA Ilha do Bananal/Cantão** é competência do Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), em articulação com os demais órgãos estaduais do meio ambiente, das Prefeituras Municipais envolvidas e seus respectivos órgãos de meio ambiente. Podendo, para atingir os objetivos previstos em lei, firmar convênios com órgãos e entidades públicas ou privadas.

Neste sentido, já houve duas propostas para o Plano de Manejo para a APA Ilha do Bananal/Cantão, sendo a primeira em 2000 e a segunda de 2018, entretanto não há atualmente nenhum Plano de Manejo vigente para a Unidade de Conservação (UC). O Plano de Manejo é o instrumento responsável por regulamentar o uso do solo e dos recursos naturais na APA, estabelecendo diretrizes claras para a ocupação humana e o desenvolvimento de atividades econômicas compatíveis com a conservação ambiental. Ele é essencial para garantir critérios adequados para a ocupação territorial, mitigar riscos de degradação dos ecossistemas e promover a segurança jurídica para os empreendimentos econômicos. A regulamentação proporcionada pelo Plano de Manejo contribui diretamente para o equilíbrio ambiental, a proteção dos recursos naturais e o desenvolvimento socioeconômico sustentável, beneficiando tanto o meio ambiente quanto a qualidade de vida da população residente nesses nove municípios e na região.

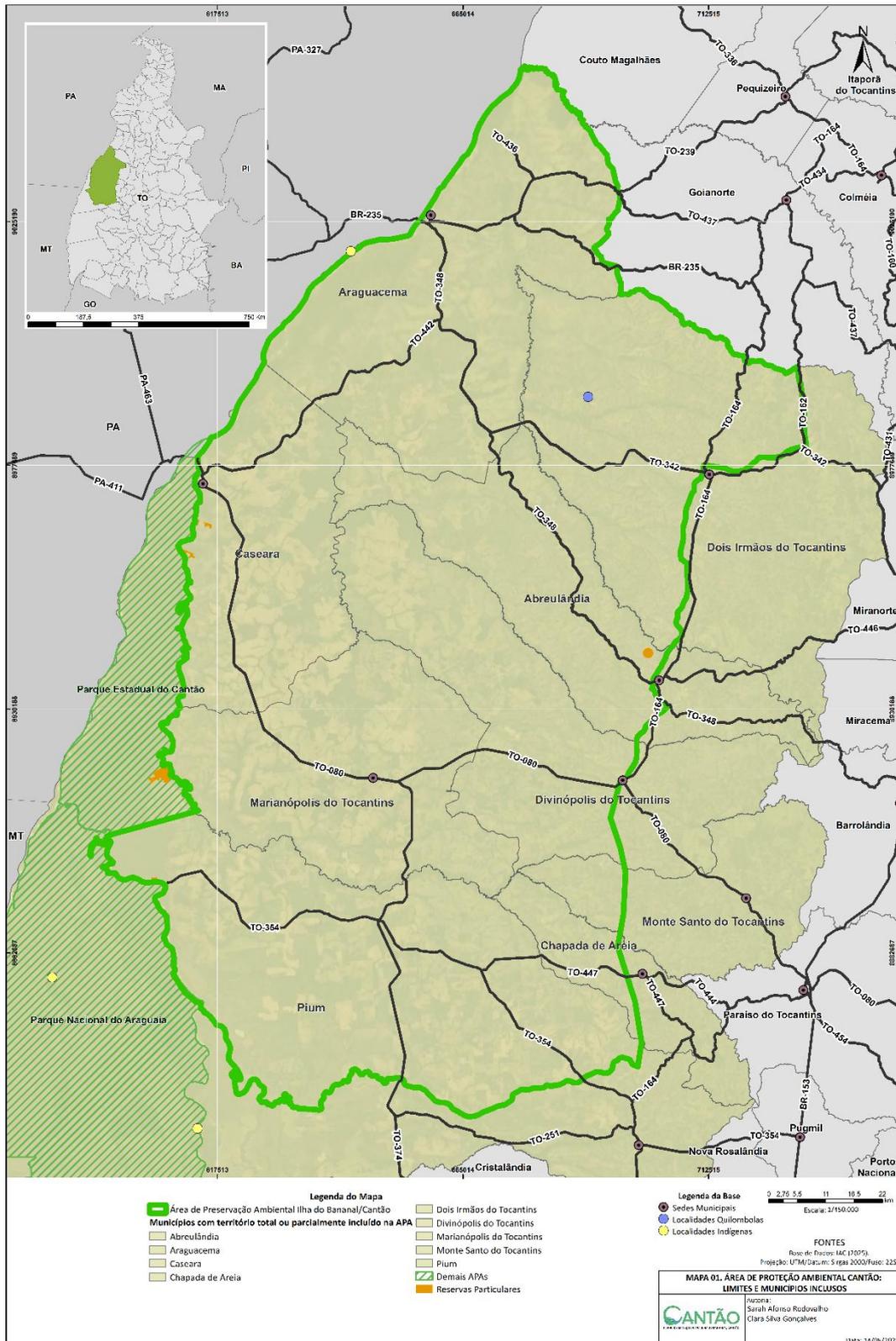
No sentido elaborar uma proposta de revisão Plano de Manejo para a APA Ilha do Bananal/Cantão que buscasse uma abordagem integrada entre a leitura técnica e comunitária foi firmado o termo de Convênio nº 01/2025 entre o Naturatins, a Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Tocantins (ADSTO) e a Universidade Federal do Tocantins (UFT) por meio do Instituto de Atenção às Cidades (IAC).

O presente **Plano de Comunicação** descreve a metodologia inovadora e pioneira no estado para a revisão e atualização da proposta de Plano de Manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão. A metodologia integra ciência e a comunidade, reunindo além dos dados técnicos também o diálogo com a população local. A metodologia tem como principal referência o “roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais” publicado pelo **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)** em que destaca a importância do envolvimento da população em todas as etapas, garantindo que o plano seja construído de forma colaborativa e que o resultado represente os interesses e as expectativas de quem realmente vive e depende da unidade de conservação (ICMBio, 2018).

---

<sup>1</sup> Informação contida na Lei Estadual nº 1.558, de 31 de março de 2005, que altera o art. 1º da Lei Estadual nº 907/1997.

Figura 1: Mapa de Localização



Fonte: IAC, 2025.

## 1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal do Brasil (Brasil, 1988), traz em seu capítulo VI – do Meio Ambiente. art. 225. A garantia do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida. Designando ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações. Posteriormente a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que incluiu como diretriz assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação (Brasil, 2000).

A Instrução Normativa (IN) nº 7/2017/gabin/icmbio, de 21 de dezembro de 2017, estabelece diretrizes e procedimentos para elaboração e revisão de planos de manejo de unidades de conservação da natureza federais. E destaca que a participação efetiva das comunidades tradicionais e grupos sociais relacionados à UC deve ser assegurada, valorizando o conhecimento tradicional e local e harmonizando interesses socioculturais e conservação da natureza, em todo o processo de elaboração, revisão e implementação dos planos de manejo.

Segundo o roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais. A participação social deve acontecer em diversos momentos durante a elaboração do plano de manejo, sendo que “os momentos de participação ao longo do processo possuem diferentes objetivos, como informar, consultar, envolver ou atuar de forma colaborativa para a construção coletiva dos elementos do plano de manejo (ICMbio, 2018. p. 41).

Este **Plano de Comunicação** segue os como princípios norteadores (ICMbio, 2018) de:

- I. Avaliar o contexto;
- II. Participação social contínua;
- III. Promover a inclusão;
- IV. Considerar as necessidades das partes interessadas na tomada de decisão;
- V. Diálogo de saberes;
- VI. Incentivar o engajamento social e o pertencimento;
- VII. Aprendizado adaptativo;
- VIII. Construção de relações de confiança mútua;
- IX. Transparência e comunicação;
- X. Distribuição justa de custos e benefícios.

Reconhece assim, a busca na identificação e mobilização dos atores envolvidos nesse processo, estimulando a presença, a participação, a disseminação das informações e o engajamento cidadão, bem como criar ferramentas de comunicação e de ampla divulgação das atividades previstas para a participação social de todas as comunidades presentes na **APA Ilha do Bananal/Cantão**, em seus diversos momentos. As estratégias de comunicação aqui apresentadas foram organizadas conforme as especificidades de cada fase do trabalho, buscando a participação efetiva, o diálogo e o aprendizado adaptativo da sociedade civil e de organizações e instituições sediadas em todo o seu território.

## 2. IDENTIFICAÇÃO DOS ATORES E PÚBLICO-ALVO

Este capítulo se dedica a identificar os principais atores e público-alvo desde plano de comunicação. Inicia-se com a descrição da equipe de planejamento do IAC/UFT, e do papel do Naturatins e das prefeituras municipais. Por fim, destaca ainda, considerando a escala municipal, os principais atores com a identificação das: comunidades tradicionais existentes no território; associações e ou organizações sociais interessadas na temática; e dos principais órgãos públicos atuantes no município a serem envolvidos na participação da revisão do Plano de Manejo da APA.

### 2.1. Equipe de Planejamento, Naturatins, e Prefeituras Municipais

Apresenta-se a descrição da equipe de planejamento do IAC/UFT, a equipe do Naturatins e das prefeituras municipais.

A **equipe de Planejamento** é responsável pela supervisão técnica e metodológica; pelos procedimentos administrativos; pela análise técnica do plano de manejo e produtos intermediários; por acompanhar e participar de todas as etapas do processo de elaboração do plano de manejo. Aqui é composta pelos professores/pesquisadores, técnicos e estudantes vinculados ao IAC/UFT (**Quadro 1**). São eles:

*Quadro 1: Identificação da Equipe de Planejamento*

EIXO	FUNÇÃO	NOME
Coordenação	Coordenador Geral	Dr. Humberto Xavier de Araujo
	Coordenadora Técnica	Dr <sup>a</sup> . Maria Carolina P. E. D'Oliveira
	Assist. Administrativo	Juliana Barros Martins Coelho
Meio Físico	Esp. Sênior	Dr. Thiago Costa Gonçalves Portelinha
	Esp. Júnior	Dr <sup>a</sup> . Polliana Gomes Lopes
	Bolsista Graduação	Mariana Alves da Silva
Recursos Hídricos	Esp. Sênior	Dr. Fernan Enrique Vergara Figueroa
Meio Biótico	Esp. Sênior	Dr <sup>a</sup> . Elineide Eugênio Marques
	Bolsista Doutorado	Msc. Murillo Barros de Carvalho
	Bolsista Doutorado	Msc. Erlan Silva de Sousa
Socioeconômico	Esp. Sênior	Dr. Fernando Sérgio de Toledo Fonseca
	Bolsista Graduação	Paulo Palmeira de Souza Júnior
Geoprocessamento	Esp. Sênior	Dr. Rodolfo Alves da Luz
	Esp. Júnior	Clara Silva Gonçalves
	Bolsista Graduação	Lucilene Leite Pereira
Leitura Comunitária	Esp. Sênior	Dr <sup>a</sup> . Sarah Afonso Rodvalho
	Esp. Júnior	Msc. Ana Lívia de Macêdo Arouca de Lima
	Bolsista Graduação	Erika Torres Salles

Fonte: IAC/UFT, 2025.

Cabe a equipe de planejamento a coordenar as atividades participativas, com a definição das estratégias de divulgação e mobilização, a produção do material a ser divulgado, e a viabilização dos meios de comunicação e mobilização. Considerando estratégias diferenciadas para os diversos públicos, a saber:

- Para as instituições parceiras, como: Naturatins, prefeituras municipais, Conselho Gestor Deliberativo, entidades sindicais e associações nos municípios, serão enviados documentos oficiais, por meio de ofícios.

- Para o público em geral serão utilizados meios de comunicação de massa, como: publicações nos sites, redes sociais, banners, carro de som, folhetos e/ou outdoors.

Ressalta-se, que conforme o compromisso homologado na primeira audiência do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Ambiental e Fundiário (Cejuscaf/TJTO), todos os trabalhos serão apoiados pela equipe técnica e jurídica da Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Tocantins (ADSTO).

O **Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins)** é o responsável pela implantação, supervisão, administração e fiscalização da **APA Ilha do Bananal/Cantão** em articulação com os demais órgãos estaduais do meio ambiente. Compõem a equipe do Naturatins para a revisão do plano de manejo (**Quadro 2**):

*Quadro 2: Identificação da Equipe Naturatins*

Setor	FUNÇÃO	NOME
Sede	Presidente	Cledson da Rocha Lima
	Gerente das Unidades de Conservação	Victor Danilo Moreto
	Diretora de Biodiversidade e Áreas Protegidas	Perla Oliveira Ribeiro
Gestão da APA	Supervisor de UC do Escritório Regional:	Fábio Dias Pereira
	Pedagoga	Hélia Regina Araújo da Silva
	Auxiliar de cadastro e informações	Hellen Moreira Santana
	Auxiliar de serviços gerais	Halana Souza Costa Pereira

Fonte: Naturatins, 2019; IAC/UFT, 2025.

Cabe a equipe do NATURATINS avaliar e contribuir com os produtos técnicos desenvolvidos, cooperar com a execução das atividades participativas e divulgar em suas redes sociais e site os eventos relativos à leitura comunitária. Ainda, cabe a essa instituição a publicação em diário oficial do estado as convocações para as atividades participativas. Portaria nº 12/2025/Naturatins/Gabin, de 23 de janeiro de 2025, instituiu a Comissão Técnica Temporária (CTT) (**Quadro 3**) para coordenação do processo de revisão do Plano de Manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão.

*Quadro 3: Composição da CTT*

NOME	MEMBRO	LOTAÇÃO
Perla Oliveira Ribeiro	Coordenadora	Gerência de Unidades de Conservação, Parques e Monitoramento.
Mauricio José Alexandre de Araújo	Titular	Gerência de Inspeção Ambiental.
Natália Rossi	Titular	Gerência de Análise e Licenciamento.
Angélica Beatriz Corrêa Gonçalves	Suplente	Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas.
Antônio Cleyton Cavalcante Almeida	Titular	Gerência de Monitoramento e Gestão da Informação.
Victor Danilo Moreto	Suplente	Gerencia de Unidades de Conservação, Parques e Monitoramento.

Fonte: Naturatins, 2025

Em seu Art. 3º, a portaria nº 12/2025/Naturatins/Gabin, de 23 de janeiro de 2025, define que compete à CTT:

- I - Elaborar o Projeto Básico contendo os objetivos, justificativa, metodologia, escopo mínimo, abrangência, produtos, cronograma, equipe técnica mínima, prazos e demais informações norteadoras para o processo de revisão do plano de manejo da APA IBC;

II - Promover interlocução com o supervisor e Conselho Gestor da APA IBC, de forma a envolvê-los em todas as etapas do processo de revisão do plano de manejo;

III - Coordenar a realização das oficinas de trabalho e audiência públicas, bem com as demais etapas que compõem o processo de revisão do plano de manejo da APA IBC;

IV - Assegurar a participação efetiva das comunidades tradicionais e grupos sociais relacionados à UC, buscando valorizar o conhecimento tradicional e local e harmonizando interesses socioeconômico-culturais e conservação da natureza;

V - Receber, analisar e aprovar produtos;

VI - Depois de aceite interno, submeter à versão final do plano de manejo revisado à aprovação do Conselho Gestor da APA IBC;

VII - Adotar demais providências necessárias para que o processo de revisão e aprovação do Plano de Manejo da APA IBC seja efetivado e concluído.

As Prefeituras dos municípios e seus respectivos órgãos de meio ambiente também são órgãos na articulação da supervisão, administração e fiscalização da **APA Ilha do Bananal/Cantão**, a serem considerados (**Quadro 4**).

Quadro 4: Identificação da Equipe Municipais

Município	FUNÇÃO	NOME
Abreulândia	Prefeito	Manoel Francisco de Moura
	Secretária de Meio Ambiente	Suelma Cristina Neves
Araguacema	Prefeito	Marcus Vinicius Moraes Martins
	Secretária Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Cultura	Leonette Cruz Mesquita Martins
Caseara	Prefeito	Marcos Carvalho
	Secretário de Meio Ambiente	Paulo Roberto Ferreira da Mata
Chapada de Areia	Prefeito	Adauto Mendes de Oliveira
	Secretário de Meio Ambiente	Laudemiro Marinho de Souza
Divinópolis do Tocantins	Prefeito	Flavio Rodrigues Silva
	Secretário de Meio Ambiente	Larissa Fatima Emiliano
Dois Irmãos do Tocantins	Prefeito	Geciran Saraiva Silva
	Secretário de Meio Ambiente	Welk Chaves Miranda
Marianópolis do Tocantins	Prefeito	Saulo Barbosa
	Secretário Municipal de Meio Ambiente, Pesca e Turismo	Sebastião de Oliveira
Monte Santo do Tocantins	Prefeita	Nezita Martins Neta
	Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Antônio Francisco Santana Neto
Pium	Prefeito	Fernando Belarmino da Silva
	Secretário de Meio Ambiente	Diego Luiz Vieira

Fonte: IAC/UFT, 2025.

Cabe as prefeituras municipais cooperarem com a execução das atividades participativas, disponibilizando a local e a infraestrutura necessária para a realização destas. Ainda:

- Divulgar em suas redes sociais e site os eventos relativos à leitura comunitária;
- Comunicar e convidar via ofício as principais lideranças locais no município;
- Capacitar e mobilizar seus servidores, principalmente professores e diretores da rede municipal de educação, agentes de saúde da rede municipal e equipe ligada ao meio ambiente e agricultura, como agentes comunitários multiplicadores das atividades que estão sendo desenvolvidas e dos meios de participação.

- Disponibilizar o acesso a documentação a ser apresentadas as audiências públicas de modo impresso em locais físicos para a consulta da população interessada, como na sede da prefeitura, secretaria de meio ambiente e escolas.

## 2.2. O Conselho Gestor Deliberativo da APA

De acordo com a Lei Estadual Nº 1.560, de 5 de abril de 2005 (SEUC) as Unidades de Conservação Uso Sustentável, como as áreas de proteção ambiental – devem dispor de Conselho Gestor Deliberativo, constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, e da população residente. A mesma lei, estabelece que o plano de manejo das áreas de proteção ambiental deve ser aprovado por decisão de seu conselho deliberativo. Assim, esse conselho é ator-chave no processo de revisão do plano de manejo.

O Conselho Gestor Deliberativo da **APA Ilha do Bananal/Cantão** foi criado juntamente com a própria APA pela Lei Estadual nº 907/ 1997. Seu Regimento Interno traz como atribuição dele, entre outras, avaliar, propor, revisar e aprovar, com acompanhamento técnico, o Plano de Manejo da APA. A Portaria nº 111/2025/NATURATINS/GABIN, de 21 de maio de 2025 homologar e tornar público o resultado de seleção das instituições para compor o biênio 2025-2027 do Conselho Gestor da Unidade de Conservação de Uso sustentável APA Ilha do Bananal/ Cantão e são as descritas no **Quadro 5**.

Quadro 5: Conselho Gestor Deliberativo da Área de Proteção Ambiental APA Ilha Do Bananal/Cantão - biênio 2023-2025

REPRESENTATIVIDADE	INSTITUIÇÃO
PODER PÚBLICO	Prefeitura Municipal de Abreulândia
	Prefeitura Municipal de Araguacema
	Prefeitura Municipal de Caseara
	Prefeitura Municipal de Chapada de Areia
	Prefeitura Municipal de Divinópolis do Tocantins;
	Prefeitura Municipal de Dois Irmãos do Tocantins;
	Prefeitura Municipal de Marianópolis do Tocantins;
	Prefeitura Municipal de Monte Santo do Tocantins;
	Prefeitura Municipal de Pium
	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC/TO
	Secretaria de Agricultura e Pecuária – SEAGRO
	Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Tocantins – SEMARH
	Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS
Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS	
SOCIEDADE CIVIL	Associação Comercial de Marianópolis – ACIM
	Associação de Mulheres Agroextrativistas da APA Cantão – ASMUAGROEX – AMA Cantão
	Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Manchete – AAFAM
	Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Tocantins - ADSTO
	Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado do Tocantins – APROSOJA
	Colônia dos Pescadores Profissionais de Araguacema-Z5-COPESCA
	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins – FAET
	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Tocantins- FETAET
	Frísia Cooperativa Agroindustrial
	Fundação ABC para Assistência e Divulgação Técnica Agropecuária
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Caseara
	Sindicato Rural de Dois Irmãos
	Sindicato Rural de Marianópolis
	Sindicato Rural de Pium.

Fonte: Portaria nº 111/2025/NATURATINS/GABIN

### 2.3. Demais Atores Sociais por Município

A seguir relaciona-se os principais atores sociais e público-alvo da mobilização para as atividades de revisão do **Plano de Manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão**, destacando povos tradicionais indígenas, quilombolas, assentamentos rurais e entidades associativas, por município.

#### 2.3.1. Abreulândia

No município de Abreulândia destaca-se a presença de três projetos de assentamentos rurais, totalizando 131 famílias (**Quadro 6**).

Quadro 6: Projetos de Assentamentos (PAs) rurais na APA no município de Abreulândia, 2021.

ABREULÂNDIA	
NOME DO PROJETO	QTD. FAMÍLIAS
PA Vargem Dourada	71
PA Baronesa	42
PA Areias	18
<b>TOTAL</b>	<b>131</b>

Fonte: Acervo fundiário do INCRA, 2021

Foi identificado no município entidades sindical e associações voltada ao suporte dos pequenos e médios produtores rurais da localidade (**Quadro 7**).

Quadro 7: Lista de entidades sindicais e associações no município de Abreulândia, 2021

ABREULÂNDIA	
ENTIDADE	
Sindicato Rural de Abreulândia	
Associação Apicultores e Meliponicultores de Abreulândia	

Fonte: SISTEMA OCB/TO. Cooperativas registradas, 2021 e ZEE, 2016. Relatório de caracterização dos atores sociais

#### 2.3.2. Araguacema

No município de Araguacema destaca-se a presença de uma terra indígena e cinco projetos de assentamentos rurais, estes últimos totalizando 621 famílias (**Quadro 8**; **Quadro 9**).

Quadro 8: Povos Indígenas do município de Araguacema.

ARAGUACEMA	
LOCALIDADE / ALDEIA	CATEGORIA
<b>Ti Maranduba</b>	Terra Indígena oficialmente delimitada

Fonte: Seplan - Zoneamento Ecológico-Econômico (2016).

Quadro 9: Projetos de Assentamentos (PAs) rurais na APA no município de Araguacema, 2021.

ARAGUACEMA	
NOME DO PROJETO	QTD. FAMÍLIAS
PA Da Mata	79
PA Nova Canaã	116
PA Tarumã	187
PA Santa Clara	229
PA Santa Clara II	10

ARAGUACEMA	
NOME DO PROJETO	QTD. FAMÍLIAS
<b>TOTAL</b>	<b>621</b>

Fonte: Acervo fundiário do INCRA, 2021

Foi identificado no município entidades sindicais e associações voltadas ao suporte dos pequenos e médios produtores rurais (**Quadro 10**).

Quadro 10: Lista de entidades sindicais e associações no município de Araguacema, 2021

ARAGUACEMA
ENTIDADE
Sindicato Rural de Araguacema
Sind. dos Pequenos e Médios prod. Rurais de Araguacema
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araguacema
Associação do Assentamento Nova Esperança
Colônia dos Pescadores Profissionais de Araguacema
Associação dos Fruticultores Horticultores Apicultores e Meliponicultores de Araguacema – AFHORTAMA

Fonte: SISTEMA OCB/TO. Cooperativas registradas, 2021 e ZEE, 2016. Relatório de caracterização dos atores sociais

### 2.3.3. Caseara

Em Caseara destaca-se a presença de oito projetos de assentamentos rurais, totalizando 506 famílias (**Quadro 11**).

Quadro 11: Projetos de Assentamentos (PAs) rurais na APA no município de Caseara, 2021.

CASEARA	
NOME DO PROJETO	QTD. FAMÍLIAS
PA União II	25
PA Araguaia	59
PA Onalício Barros	134
PA 1º de Maio	101
PA Estrela do Araguaia	60
PA Buritirana	30
PA Barroca	32
PA Califórnia	65
<b>TOTAL</b>	<b>506</b>

Fonte: Acervo fundiário do INCRA, 2021

Foi identificado no município entidades sindicais e associações voltadas ao suporte dos pequenos e médios produtores rurais (**Quadro 12**).

Quadro 12: Lista de entidades sindicais e associações no município de Caseara, 2021

CASEARA
ENTIDADE
Associação Antonio Francisco Brasil do Assentamento Onalicio Barros
Associação Padre Josimo do Assentamento Onalicio Barros
Associação Palmares do Assentamento Onalicio Barros

CASEARA
STSPMC-TO - Sindicato dos Trabalhadores em Serviço Público no município de Caseara do Tocantins
Colônia de Pescadores de Caseara
Associação Apicultores de Caseara
Associação dos Produtores Rurais dos Projetos de Assentamento Estrela do Araguaia
Associação dos Produtores Rurais dos Projetos de Assentamento Onalício Barros,
Associação dos Produtores Rurais dos Projetos de Assentamento 1º de Maio
Associação ambiental dos micros produtores rurais das ilhas do Cantão do Tocantins
Associação de Mulheres Agroextrativistas da APA Cantão
Instituto Araguaia de Proteção Ambiental
Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Caseara

Fonte: SISTEMA OCB/TO. Cooperativas registradas, 2021; ZEE, 2016. Relatório de caracterização dos atores sociais; IAC, 2025.

### 2.3.4. Chapada de Areia

Em Chapada de Área não foram identificados povos tradicionais indígenas, quilombolas, assentamentos rurais e entidades associativas.

### 2.3.5. Divinópolis do Tocantins

No município de Divinópolis do Tocantins destaca-se a presença de oito projetos de assentamentos rurais, totalizando 247 famílias (**Quadro 13**).

Quadro 13: Projetos de Assentamentos (PAs) rurais no município de Divinópolis do Tocantins, 2021.

DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS	
NOME DO PROJETO	QTD. FAMÍLIAS
PA Caiapozinho	19
PA Toledo I	35
PA Consolação	50
PA Santa Julia	26
PA Mulher Cidadã	29
PA Rio Prata	61
PA Palmeirinha	27
<b>TOTAL</b>	<b>247</b>

Fonte: Acervo fundiário do INCRA, 2021

Foi identificado no município entidades sindicais e associações voltadas ao suporte dos pequenos e médios produtores rurais (**Quadro 14**).

Quadro 14: Lista de entidades sindicais e associações no município de Divinópolis do Tocantins, 2021

DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS	
ENTIDADE	
Associação dos Pequenos Produtores do Proj. de Assent. R	
Sindicato Rural de Divinópolis do Tocantins	
STR de Divinópolis - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Divinópolis	
Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Divinópolis	
Associação dos Produtores Rurais dos Projetos de Assentamento Consolação	

Fonte: SISTEMA OCB/TO. Cooperativas registradas, 2021 e ZEE, 2016. Relatório de caracterização dos atores sociais

### 2.3.6. Dois Irmãos do Tocantins

No município de Dois Irmãos do Tocantins destaca-se a presença de uma comunidade Quilombola e de dois projetos de assentamentos rurais, totalizando nestas últimos 144 famílias (**Quadro 15; Quadro 16**).

Quadro 15: Comunidades Quilombolas nos Municípios da APA, 2016.

DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS	
LOCALIDADE	Nº DE FAMÍLIAS
Santa Maria das Mangueiras	10

Fonte: Seplan - Zoneamento Ecológico-Econômico. Diagnóstico da Dinâmica Social e Econômica do Estado do Tocantins. Populações Tradicionais. 2016.

Quadro 16: Projetos de Assentamentos (PAs) rurais na APA no município de Dois Irmãos do Tocantins, 2021.

DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS	
NOME DO PROJETO	QTD. FAMÍLIAS
PA Salomira	115
PA Estrela Dalva	29
<b>TOTAL</b>	<b>144</b>

Fonte: Acervo fundiário do INCRA, 2021

Foi identificado no município entidades sindicais e associações voltadas ao suporte dos pequenos e médios produtores rurais (**Quadro 17**).

Quadro 17: Lista de entidades sindicais e associações no município de Dois Irmãos do Tocantins, 2021

DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS	
ENTIDADE	
Associação Comunitária dos Moradores Vale do Gameleira	
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dois Irmãos	
A.N.V. - Associação dos Trabalhadores Rurais Nova Vida	
Associação Comunitária dos Moradores de Dois Irmãos	
Associação dos Agricultores de Dois Irmãos	

Fonte: SISTEMA OCB/TO. Cooperativas registradas, 2021 e ZEE, 2016. Relatório de caracterização dos atores sociais

### 2.3.7. Marianópolis do Tocantins

No município de Marianópolis do Tocantins destaca-se a presença de dois projetos de assentamentos rurais, totalizando 603 famílias (**Quadro 18**).

Quadro 18: Projetos de Assentamentos (PAs) rurais na APA no município de Marianópolis do Tocantins, 2021.

MARIANÓPOLIS DO TOCANTINS	
NOME DO PROJETO	QTD. FAMÍLIAS
PA Manchete	402
PA Piracema	201
<b>TOTAL</b>	<b>603</b>

Fonte: Acervo fundiário do INCRA, 2021

Foi identificado no município entidades sindicais e associações voltada ao suporte dos pequenos e médios produtores rurais da localidade (**Quadro 19**).

Quadro 19: Lista de entidades sindicais e associações no município de Marianópolis do Tocantins, 2021

MARIANÓPOLIS DO TOCANTINS	
ENTIDADE	
SRM - Sindicato Rural de Marianópolis	
Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Manchete – AAFAM	
Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Tocantins	
Associação Comercial de Marianópolis – ACIM	

Fonte: SISTEMA OCB/TO. Cooperativas registradas, 2021 e ZEE, 2016. Relatório de caracterização dos atores sociais; IAC, 2025.

### 2.3.8. Monte Santo do Tocantins

Em Monte Santo do Tocantins não foram identificados povos tradicionais indígenas, quilombolas e assentamentos rurais. Foi identificado apenas duas entidades sindicais voltada ao suporte dos pequenos e médios produtores rurais da localidade e outras duas entidades cooperativas ligadas a mineração (**Quadro 20**).

Quadro 20: Lista de entidades sindicais e associações no município de Marianópolis do Tocantins, 2021

MONTE SANTO DO TOCANTINS	
ENTIDADE	
Sindicato Rural de Monte Santo	
Sind. dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Monte Santo-TO	
COOPERGEMAS – Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Monte Santo	
COOPERSANTO /Cooperativa dos Garimpeiros de Monte Santo	

Fonte: SISTEMA OCB/TO. Cooperativas registradas, 2021

### 2.3.9. Pium

No município de Pium destaca-se a presença de três terras indígenas, seis aldeias indígenas e sete projetos de assentamentos rurais, estes últimos totalizando 438 famílias (**Quadro 21; Quadro 22**Quadro 9).

Quadro 21: Povos Indígenas do município de Pium. Localização dos povos indígenas por categoria, 2016.

PIUM	
LOCALIDADE / ALDEIA	CATEGORIA
Ti Inawebohona	Terra Indígena oficialmente delimitada
Ti Parque do Araguaia	Terra Indígena oficialmente delimitada
Ti utaria Wyhyna/Iròdu Iràna	Terra Indígena oficialmente delimitada
Aldeia Indígena Lawriana	Agrupamento indígena
Aldeia Indígena São João	Agrupamento indígena
Aldeia Indígena Kutaria Wyhyna	Agrupamento indígena
Aldeia Indígena Boto Velho	Agrupamento indígena
Aldeia Indígena Macaúba	Agrupamento indígena
Aldeia Indígena Ibutunã	Agrupamento indígena

Fonte: Seplan - Zoneamento Ecológico-Econômico (2016).

Quadro 22: Projetos de Assentamentos (PAs) rurais na APA IBC no município de Pium, 2021.

PIUM	
NOME DO PROJETO	QTD. FAMÍLIAS
PA Barranco do Mundo	54
PA Alegria	11
PA Pericatu	91
PA Macaúba	111
PA Floresta	50
PA Pericatu	91
PA Toledo II	30
<b>TOTAL</b>	<b>438</b>

Fonte: Acervo fundiário do INCRA, 2021

Foi identificado apenas duas entidades sindicais voltada ao suporte dos pequenos e médios produtores rurais da localidade (**Quadro 23**).

Quadro 23: Lista de entidades sindicais e associações no município de Marianópolis do Tocantins, 2021

PIUM	
ENTIDADE	
Sindicato Rural de Pium	
SINTRAF - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Pium - TO	

Fonte: SISTEMA OCB/TO. Cooperativas registradas, 2021

### 3. ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

Este capítulo se dedica a apresentar as estratégias de divulgação e mobilização. Inicia-se com a descrição dos materiais a serem produzidos para divulgação e finaliza com os meios de comunicação a serem utilizados para a mobilização social.

#### 3.1. Material de divulgação

Este item se subdivide em três partes, contendo a síntese explicativa dos materiais (peças) a serem produzidas para a divulgação das atividades, sendo: caracterização e resumo da gestão; guia do participante; e outros materiais gráficos e digitais.

##### 3.1.1. Caracterização e Resumo da Gestão

A caracterização da unidade de conservação consiste na identificação e descrição dos aspectos ambientais, socioeconômicos, histórico-culturais, político-institucionais e de gestão da unidade (resumos da gestão), bem como do seu entorno (ICMbio, 2018). Dessa forma, a metodologia da caracterização será dividida em duas partes: (1) **Caracterização dos aspectos biológicos, físicos e sociais** e (2) **Resumos de gestão**.

De acordo com o ICMbio (2018) a parte de **Caracterização dos aspectos biológicos, físicos** e deve incluir:

- **Aspectos ambientais:** Descrição breve e objetiva dos tipos de ambientes existentes na APA, com suas características mínimas, incluindo a indicação de espécies ameaçadas, raras, endêmicas ou especiais (por exemplo, por pressão de caça).

- **Aspectos geológicos e paisagísticos:** Processos geológicos ou paisagísticos relevantes devem ser destacados, assim como os serviços ambientais já identificados para a APA e as ameaças existentes.
- **Aspectos socioeconômicos e histórico-culturais:** Devem ser abordados como principais características da população humana relacionadas com a APA, incluindo: Formas de organização social; Localização das comunidades; Meios de vida; Usos da terra dentro ou no entorno da UC.

Já o resumo de gestão, por sua vez, necessitará minimamente das seguintes informações:

- **Ações de Gestão:** Apontamento das ações empreendidas e em andamento; Situação da regularização fundiária; Situação de uso público; Fontes de financiamento; principais ações de proteção; Existência e funcionamento de programa de voluntariado.
- **Recursos Humanos:** Número de pessoas participantes na UC; Funções desempenhadas por cada membro da equipe, incluindo Servidores públicos e terceirizados; outras formas de suporte institucional.
- **Parcerias e Apoios:** Parcerias formais e informais com Organizações Governamentais; Organizações não governamentais e Convênios; Acordos de cooperação.
- **Projetos com Comunidades:** Projetos em andamento com comunidades tradicionais, como por exemplo, fomento às atividades extrativistas e apoio a cadeias de valor;
- **Projetos de integração com o entorno:** Atividades desenvolvidas com comunidades não tradicionais residentes no interior ou entorno da UC;
- **Conselho Gestor da UC:** Informações sobre o conselho da UC, tais como composição atual, principais formas de atuação e envolvimento do conselho na gestão da unidade.

De acordo com o ICMbio (2018), os itens mencionados anteriormente devem ser escritos de forma concisa e objetiva, incluindo apenas informações importantes para subsidiar as discussões nas oficinas. A **caracterização** deve ser elaborada com até dez (10) páginas e o **resumo de gestão** com até cinco (5) páginas.

### 3.1.2. Guia do Participante

O guia do participante reúne um conjunto de dados e orientações que contribui para o nivelamento dos participantes e para que eles se apropriem do processo de construção do plano de manejo. Ele deve ser enviado em formato eletrônico juntamente com os convites para participação das oficinas, e contém as seguintes informações: a agenda (programação) resumida da oficina; ficha técnica e mapa de localização da Unidade de Conservação (UC); objetivo da oficina e os **elementos do plano de manejo**, com a devida explicação do conceito de cada elemento e suas inter-relações; referências bibliográficas e anexos, incluindo: **Caracterização**, o **resumo da gestão** e outros documentos relevantes.

O guia deve conter subsídios para fundamentar as decisões a serem tomadas nas oficinas e audiências públicas:

- Para subsidiar a declaração do **propósito**, é preciso incluir trechos do diploma legal (lei, decreto etc.) que criou a APA, bem como os subsequentes, que ampliaram ou alteraram os

limites por outra motivação, se houver. Apresentar bem resumido o objetivo de criação ou o que consta na lei como a definição da categoria. Para subsidiar as declarações de **significância** serão necessárias informações um pouco mais detalhadas, como dados e informações sobre características de importância como proteger uma bacia hidrográfica, por exemplo. No caso desta de revisão, o guia deve conter todo o conteúdo da declaração de significância existentes nos planos de manejo anteriores.

- Os subsídios apresentados como apoio a definição das declarações de significância também serão utilizados para a definição dos **recursos e valores fundamentais**. A análise de contexto e a definição das **necessidades de dados e de planejamento** utilizarão como subsídios a caracterização e o resumo de gestão. Para apoiar a elaboração dos subsídios para **interpretação ambiental**, o guia deve incluir também informações sobre a cultura local e regional, como, por exemplo, folclore, danças típicas, culinária tradicional; festas populares; histórias e lendas ligadas à UC, seus ambientes, recursos naturais e comunidades do interior ou entorno.
- Para subsidiar o **zoneamento**, além das bases cartográficas os mapas base elaborados para a oficina, o guia deve conter a lista de possíveis zonas de acordo com a categoria da APA, seus conceitos, os critérios de escolha de áreas a serem inseridas ou categorizadas como cada zona e as normas para subsidiar a discussão na oficina.

Por se tratar de revisão de Plano de Manejo, contará com o zoneamento atual, as normas vigentes, e as normas já propostas. Em relação aos documentos legais e institucionais serão incluídos apenas os documentos legais que afetam diretamente a UC, como: portarias relacionadas ao conselho da UC e termos de parceria e instrumentos similares. Isso significa dizer que deverá ser evitado a inclusão de legislações gerais como a Constituição Federal e a Lei nº 9.985/2000 e serão apresentados os créditos institucionais e autorais correspondentes (ICMbio, 2018).

### 3.1.3. Outros materiais gráficos e digitais

Além dos documentos citados nos itens anteriores, os materiais de divulgação voltados para fomentar a participação popular na **revisão do Plano de Manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão**, levando em consideração as características locais busca também diversificar os métodos de divulgação, incluindo a implementação de iniciativas mais simplificadas, como:

- **Folhetos**. Eles são bastante efetivos na divulgação do calendário dos eventos e destacando os benefícios da participação no processo, principalmente combinados com a ação de atores multiplicadores como agentes de saúde e de assistência social, bem como diretores e professores das escolas. O poder público municipal deve ser o principal encarregado de promover a distribuição destes.
- **Arte gráfica para impressão de grandes formatos**. São representações gráficas com textos informativos para serem impressões em grandes formatos como banners, cartazes, *outdoors*. Servem para ilustrar convites, chamamentos, informes e outros comunicados.
- **Arte gráfica para postagem em redes sociais**. Eles são representações gráficas com textos breves de fácil divulgação por meios digitais. Servem para ilustrar convites, chamamentos, informes e outros comunicados.

## 3.2. Meios de Comunicação e Mobilização

### 3.2.1. Documentos oficiais - Ofícios/ convites/ e-mails

Os ofícios serão utilizados como meio formal sempre que houver a necessidade de solicitação de documentos, bem como convites para reuniões, audiências públicas e demais momentos participativos. Esses ofícios serão protocolados via e-mail ou obedecendo às particularidades de cada Órgão que irá recebê-los.

Ainda no sentido de considerar as características locais na busca de diversificar os canais de mobilização, este plano de comunicação prevê a utilização ainda de **Publicações em diário oficial municipal**. A publicação em edital das ações comunitárias dá legitimidade ao processo de elaboração/revisão do Plano de Manejo e deverá acontecer com pelo menos 15 dias de antecedência da ação comunitária a ser realizada.

### 3.2.2. Audiovisual e Internet

No ambiente virtual (internet), o site da **Revisão do Plano de Manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão**, é o principal repositório público de informações referentes ao projeto, porém, outros endereços eletrônicos ajudarão na divulgação e conseqüente sensibilização de todos os entes envolvidos quanto à cada uma das fases a serem realizadas.

O portal oficial funcionará como o principal ponto de acesso aos documentos técnicos produzidos ao longo das fases do projeto. Além disso, serão reunidos avisos, convites para reuniões públicas, audiências, calendário com dados relevantes e outras informações úteis para a realização do processo de escuta da comunidade de maneira eficiente e eficaz.

O site da Revisão do **Plano de Manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão** poderá ser acessado por meio do link: <https://planodemanejocantao.iacuft.com.br/>, (**Figura 2**) estando hospedado sob o domínio do IAC/UFT. Nele será possível acessar dados da equipe de planejamento, os documentos, a agenda, meios para a participação e definições (**Figura 3**).

Figura 2. Reprodução da Homepage do site oficial do Plano de Manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão



Fonte: IAC/UFT, 2025

Figura 3. Fluxograma de funcionamento do site.



Fonte: IAC/UFT, 2025

As redes sociais, como o Instagram, também serão utilizadas para divulgação imediata de eventos, reuniões, e de chamamentos para quando novos documentos ou relatórios da Revisão do Plano de Manejo estejam disponíveis ao acesso público, sendo, assim, ferramenta importante. O Instagram (Figura 4) foi escolhido por ser uma rede social de amplo acesso e com possibilidade de campanhas patrocinadas de divulgação.

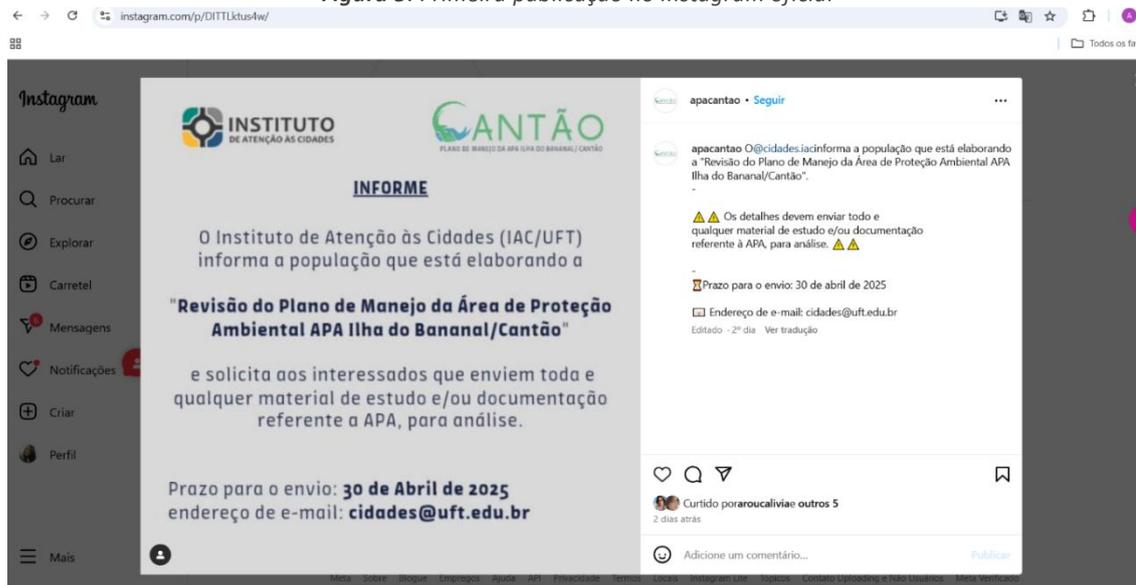
Figura 4: Perfil Oficial da Revisão do Plano de Manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão



Disponível em: [@apacantao](https://www.instagram.com/apacantao)

Já foi realizada a primeira publicação oficial (Figura 5) convidando os interessados a estarem colaborando com o envio de documentos e outros possíveis materiais de estudos para serem analisados.

Figura 5. Primeira publicação no instagram oficial



Disponível em: [@apacantao](https://www.instagram.com/apacantao)

Serão utilizados também grupos e listas de transmissão via aplicativo de conversa como WhatsApp, que permita a comunicação rápida e eficiente entre os interessados, facilitando também a divulgação desse material também pela população.

Ainda neste sentido, outros meios de comunicação e mobilização dos parceiros também serão utilizados, como:

- **Redes oficiais do Governo do Estado/Naturatins.** O site oficial do Governo do Estado, na página do Naturatins, deve publicar as notícias no decorrer do projeto, de tal forma que poderá também fazer o redirecionamento para o site oficial da Revisão do Plano de Manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão. Além do site, as contas oficiais do Instagram do Governo do Estado e Naturatins irão tornar públicas as principais notícias que norteiam o presente trabalho.
- **Redes oficiais das Prefeituras dos municípios envolvidos na APA da Ilha do Bananal/Cantão.** As redes oficiais das prefeituras também terão um papel fundamental na divulgação de informações relacionadas ao projeto, funcionando como canais complementares de comunicação com a população. Nesses portais institucionais, poderão ser publicadas notícias autorais atualizadas sobre as ações realizadas no âmbito da **Revisão do Plano de Manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão**, bem como convocações abertas à comunidade, convites para reuniões, audiências públicas e demais momentos participativos. Essa estratégia visa ampliar a transparência, facilitar o acesso da população às informações e estimular o engajamento dos moradores nas etapas estratégicas dos projetos. As prefeituras poderão também redirecionar para os sites oficiais do Governo do Estado ou para a plataforma específica do projeto, que por sua vez, conforme descrito anteriormente, será alimentada pelo IAC.
- **Site Oficial do Instituto de Atenção às Cidades IAC/UFT e UFT.** O site do IAC/UFT ([www.iacuft.org.br](http://www.iacuft.org.br)) ou da Universidade Federal do Tocantins ([www.uft.edu.br](http://www.uft.edu.br)) o cidadão poderá conhecer de modo detalhado a equipe de professores, pesquisadores e estagiários que compõem diretamente o grupo do presente trabalho.
- **Carro de Som.** É um canal de mobilização bastante popular e tradicional nos municípios do interior do estado do Tocantins. Devendo ser utilizado nos dias mais próximos aos eventos com a intenção de reforço do compromisso, data e local. As Prefeituras, através das suas assessorias de Comunicação devem ser parceiras na utilização dessa estratégia.
- **Outdoor.** É um meio de publicação de informações em locais de grande circulação de pessoas. Podendo ser utilizado para divulgar as datas importantes das atividades de participação nos municípios.

#### 4. PROCEDIMENTO DAS AÇÕES COMUNITÁRIAS

São muitos os objetivos das ações comunitárias, como previsto no Anexo 3 do roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais (ICMBio, 2018): informar, consultar, envolver, colaborar e delegar poder. Cada tipo de ação tem seus objetivos específicos, detalhados a seguir.

Todas as ações comunitárias descritas nesse plano de comunicação são públicas, com participação livre, sem a necessidade de inscrição prévia, sendo a lista de presença do evento o registro da participação social, de pessoa física ou de entidade organizada.

Os materiais de divulgação, como o resumo da caracterização e gestão; o guia do participante; e outros materiais gráficos e digitais, a serem distribuídos pelos meios de comunicação e mobilização, sejam por ofícios, convites, informes; impressos ou digitais; com utilização de sites e redes sociais, tem por objetivo **informar**. Ou seja, “fornecer ao público informações equilibradas e objetivas para lhes assistir no entendimento de seus problemas, alternativas e/ou soluções” (ICMbio, 2018. p. 180).

#### 4.1. Plenária do Conselho Gestor Deliberativo da APA Ilha do Bananal/Cantão

O regimento interno do Conselho Gestor Deliberativo da APA Ilha do Bananal/Cantão traz que as plenárias como instância superior da estrutura organizacional do Conselho. Elas devem acontecer no mínimo, uma reunião ordinária a cada quadrimestre e reuniões extraordinárias a qualquer momento, por convocação da Presidência do Conselho ou por solicitação de 1/3 dos seus integrantes. Sendo que a Presidência do Conselho pode convocar reuniões extraordinárias sempre que necessário, respeitando o prazo mínimo de convocação de 10 dias.

As reuniões de plenária seguem a seguinte ordem, conforme previsão de seu regimento interno:

- I - Instalação dos trabalhos pela Presidência do Conselho;
- II - Leitura, discussão e aprovação de ata da reunião anterior;
- III - Apresentação, discussão e encaminhamento de pauta do dia;
- IV - Agenda livre para, a critério da Plenária do Conselho, serem discutidos ou levados ao conhecimento de plenária os assuntos de interesse geral;
- V - Constituição de Grupos de Trabalhos, quando for o caso;
- VI - Encerramento da reunião pela Presidência do Conselho

Como uma das diretrizes para os planos de manejo previsto no roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais (ICMbio, 2018) prevê a necessidade **envolver** o conselho gestor em todo o processo de revisão do plano de manejo. Além dele ser o principal instrumento de discussão, negociação e gestão do território.

Desta forma, no início do processo de revisão do plano de manejo é necessário que o tema seja apreciado em plenária pelo conselho gestor da APA, que de acordo com a Lei Estadual Nº 1.560, de 5 de abril de 2005 (SEUC), os Planos de Manejo devem ser aprovados mediante a decisão do Conselho Deliberativo da APA.

Nesta ocasião deverá ser constituído **Grupo de Trabalho (GT)**, uma das instancias da estrutura organizacional do conselho, constituído por pelo menos três membros, sendo um deles coordenador. Caberá a esse GT o acompanhamento do processo, participando das discussões junto à equipe de planejamento quanto a estratégia de participação social e comunicação a serem adotadas no processo e atuando na interlocução com o conselho.

#### 4.2. Reuniões setoriais

As reuniões setoriais são eventos de qualidade mais informal, a serem realizados de acordo com a demanda encontrada nas especificidades da APA. Visam informar, consultar e envolver atores de um grupo específico de interesse, de modo a garantir uma participação qualificada. Podem ser

realizadas nas etapas de mobilização e de caracterização em datas alternativas a primeira audiência e as oficinas de revisão do Plano de Manejo, sem nunca substituir tais eventos. São sugestões de reuniões setoriais:

- Reunião setorial com a equipe das prefeituras municipais (meio ambiente e Desenvolvimento urbano);
- Reunião setorial com comunidades tradicionais;
- Reunião setorial com proprietários privados;
- Reuniões setoriais de interesses específicos;
- Reuniões setoriais de empresários atuantes em determinado setor.

É imprescindível o registro de todas as reuniões setoriais realizadas, incluindo meios de divulgação, lista de presença, fotos e registro das atividades e ata.

### 4.3. Oficinas de revisão do Plano de Manejo

As **oficinas de revisão do plano de manejo** é a etapa principal do processo e tem por objetivo reunir um público interdisciplinar que conheça e que possa contribuir com a UC, para construir com a definição dos elementos que compõem o plano de manejo. As oficinas são momentos de **consultar e envolver** a população: obter respostas do público presente e ainda orientações quanto as decisões; bem como “garantir que as preocupações e aspirações do público sejam coerentemente compreendidas e consideradas” (ICMbio, 2018. p. 181). São previstas **9 (nove) oficinas de revisão do Plano de Manejo**, sendo cada uma delas sediadas em um dos municípios participantes da APA Ilha do Bananão/Cantão. Outras **5 (cinco)** em locais estratégicos.

São os principais passos para a preparação da oficina de revisão do plano de manejo, segundo o roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais (ICMbio, 2018) são:

- Definição e mobilização dos participantes da oficina.
- Organização da logística e programação detalhada da oficina.
- Elaboração e publicidade da caracterização e do resumo de gestão.
- Elaboração e publicidade do guia do participante.

Deverão ser divulgados pelos **meios de comunicação e mobilização** o convite para as **oficinas de revisão do plano de manejo** deve estar acompanhado da programação detalhada da oficina; caracterização e do resumo de gestão; e do guia do participante, para que os participantes possam se familiarizar, previamente, com o escopo dos trabalhos e o que se espera da sua contribuição. Com antecedência mínima de 20 dias do início da oficina.

São etapas obrigatórias na programação de todas as oficinas:

- **Registro dos presentes:** todo o público presente deve registrar sua participação por meio de **lista de presença**, com a devida identificação do participante.

- **Apresentação:** A caracterização e do resumo de gestão bem como o guia do participante deverão ser apresentadas, de forma clara e concisa, utilizando uma parcela reduzida do tempo do evento. Esta atividade será ministrada por representante da equipe de planejamento.
- **Dinâmicas e atividades específicas:** a atividades para a construção dos elementos do plano de manejo e dinâmicas motivacionais e de avaliação constante do andamento da oficina a serem planejadas e organizadas de acordo com o tempo e recursos disponíveis e adaptada a cada uma das realidades dos municípios.
- **Encerramento:** o representante da equipe de planejamento que conduziu a oficina deve encerrar as atividades do dia, reiterando e apresentando as datas para as próximas ações.
- **Registro em ata:** a equipe de planejamento deverá designar uma pessoa com atribuição exclusiva de redigir a ata, de modo que toda e qualquer contribuição popular seja registrada.
- **Registros audiovisuais:** a equipe de planejamento deverá designar uma pessoa com atribuição exclusiva de realizar os registros fotográficos, áudios e/ou vídeos com enfoque nos momentos de participação.

As **oficinas de revisão do plano de manejo** devem buscar resultados referente ao **diagnóstico**, “com a conceituação para que serve a UC (seu propósito), com a definição do porquê ela é especial (significância) e quais são seus recursos e valores mais importantes (recursos e valores fundamentais)” (ICMbio, 2018. p. 78). Seguido da **análise do contexto**, tendências e ameaças, que devem subsidiar o **planejamento**, momento em que devem priorizadas as necessidades, definido o **zoneamento** e as **normas**.

#### 4.4. Audiências Públicas

As audiências públicas, como as oficinas têm como objetivo de **consultar** e **envolver** a população: obter respostas do público presente e ainda orientações quanto as decisões.

São previstas 3 (três) tipos de audiências públicas: (I) para apresentação dos planos de trabalho e comunicação; (II) para apresentação do Zoneamento; e (III) apresentação do Plano de Manejo. Devido a extensão territorial da APA Ilha do Bananal/Cantão planeja-se que **1 (uma)** audiência pública de apresentação dos planos de trabalho e comunicação, a acontecer em Marianópolis do Tocantins. Depois planeja-se **9 (nove)** audiências públicas para apresentação do Zoneamento e outras **9 (nove)** audiências públicas para apresentação do Plano de Manejo, uma em cada tipo em cada um dos municípios que compõem a APA.

Deverão ser divulgados pelos **meios de comunicação e mobilização** o convite para as **audiências públicas** que deve estar acompanhado da programação detalhada dela e dos documentos a serem apresentados, para que os participantes possam se familiarizar, previamente, com o escopo dos trabalhos e o que se espera da sua contribuição. Com antecedência mínima de 20 dias.

Para atingir seus objetivos as audiências públicas seguem um rito organizado a ser adotado, seguindo preferencialmente a seguinte estrutura, podendo ser adaptado e/ou complementado para atender requisitos específicos.

- **Registro dos presentes:** todo o público presente deve registrar sua participação por meio de **lista de presença**, com a devida identificação do participante. A lista de presença da audiência será juntada à ata do encontro.
- **Composição da mesa:** a abertura da audiência se dará com a composição da mesa com os principais representantes dos atores presentes, considerando as lideranças de cada localidade. O representante da equipe de planejamento que vai conduzir a audiência deve reafirmar o compromisso e importância comunitária, apresentar a estrutura de gestão e acompanhamento e introduzir o objetivo da audiência.
- **Apresentação das informações:** as questões-chave deverão ser apresentadas aos participantes, de forma clara e concisa, utilizando uma parcela reduzida do tempo do evento. Esta atividade será ministrada por representante da equipe de planejamento.
- **Discussão dos principais pontos:** as discussões sobre os principais pontos apresentados; questionamentos sobre o material; apresentação de propostas e sugestões devem acontecer mediante inscrição organizada pela equipe de planejamento, ao longo do período aberto para contribuições dos presentes. Essa discussão tem como foco: o registro de sugestões de alterações no material apresentado, a serem aprovadas; identificação e localização os pontos mencionados pela população, como atributos, infraestruturas ou correção e validação dos mapeamentos realizados, que deverão ser atualizados e disponibilizados à população; e registro de propostas. O tempo para intervenção oral dos presentes não poderá exceder 3 minutos para atender ao horário limite previsto. Caso a ação comunitária se prolongue, a atividade poderá ser suspensa e retomada em nova data.
- **Encerramento:** o representante da equipe de planejamento que conduziu a audiência deve encerrar as atividades do dia, reiterando e apresentando as datas para as próximas ações.
- **Registro em ata:** a equipe de planejamento deverá designar uma pessoa com atribuição exclusiva de redigir a ata, de modo que toda e qualquer contribuição popular seja registrada. A lista de presença preenchida com as inscrições, ao início dos encontros, poderá ser anexada à ata.
- **Registros audiovisuais:** a equipe de planejamento deverá designar uma pessoa com atribuição exclusiva de realizar os registros fotográficos, áudios e/ou vídeos com enfoque nos momentos de participação.

## 5. CRONOGRAMA DE EVENTOS

FASE	EVENTO		DATA
0 Mobilização	1.	Reunião setorial de Lançamento do Projeto – Proposta do Plano de Manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão (IAC, Naturatins e ADSTO)	14/04/2025
	2.	Reunião com Conselho Gestor Deliberativo	A ser definida pelo Conselho
	3.	1ª Audiência Pública de apresentação dos planos de trabalho e comunicação – Marianópolis do Tocantins	10/06/2025
A Caracterização	4.	Oficina de Leitura Comunitária – Abreulândia	03/08/25 à 15/08/25
	5.	Oficina de Leitura Comunitária – Araguacema	
	6.	Oficina de Leitura Comunitária – Caseara	
	7.	Oficina de Leitura Comunitária – Chapada de Areia	
	8.	Oficina de Leitura Comunitária – Divinópolis do Tocantins	
	9.	Oficina de Leitura Comunitária – Dois Irmãos do Tocantins	
	10.	Oficina de Leitura Comunitária – Marianópolis do Tocantins	
	11.	Oficina de Leitura Comunitária – Monte Santo do Tocantins	
	12.	Oficina de Leitura Comunitária – Pium	
	13.	Oficina de Leitura Comunitária – PA Santa Clara em Araguacema	
B Zoneamento	14.	Oficina de Leitura Comunitária – PA Onalício Barros em Caseara	03/11/25 à 21/11/25
	15.	Oficina de Leitura Comunitária – PA Salomira em Dois Irmãos	
	16.	Oficina de Leitura Comunitária – PA Manchete em Marianópolis	
	17.	Oficina de Leitura Comunitária – PA Macaúba em Pium	
	18.	2ª Audiência Pública para apresentação do Zoneamento – Abreulândia	
	19.	2ª Audiência Pública para apresentação do Zoneamento – Araguacema	
	20.	2ª Audiência Pública para apresentação do Zoneamento – Caseara	
	21.	2ª Audiência Pública para apresentação do Zoneamento – Chapada de Areia	
	22.	2ª Audiência Pública para apresentação do Zoneamento – Divinópolis do Tocantins	
	23.	2ª Audiência Pública para apresentação do Zoneamento – Dois Irmãos do Tocantins	
C Plano de Manejo	24.	2ª Audiência Pública para apresentação do Zoneamento – Marianópolis do Tocantins	23/02/26 à 27/02/26
	25.	2ª Audiência Pública para apresentação do Zoneamento – Monte Santo do Tocantins	
	26.	2ª Audiência Pública para apresentação do Zoneamento – Pium	
	27.	3ª Audiência Pública para apresentação do Plano de Manejo – Abreulândia	
	28.	3ª Audiência Pública para apresentação do Plano de Manejo – Araguacema	
	29.	3ª Audiência Pública para apresentação do Plano de Manejo – Caseara	
	30.	3ª Audiência Pública para apresentação do Plano de Manejo – Chapada de Areia	
	31.	3ª Audiência Pública para apresentação do Plano de Manejo – Divinópolis do Tocantins	
	32.	3ª Audiência Pública para apresentação do Plano de Manejo – Dois Irmãos do Tocantins	
33.	3ª Audiência Pública para apresentação do Plano de Manejo – Marianópolis do Tocantins		
34.	3ª Audiência Pública para apresentação do Plano de Manejo – Monte Santo do Tocantins		
35.	3ª Audiência Pública para apresentação do Plano de Manejo – Pium		

As datas para o evento em cada município serão definidas de acordo com a logística e a disponibilidade dos espaços para a realização deles.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso abr. 2025.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

ICMBio. **Roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais**. Brasília, DF: ICMBio, 2018. 208 p. Disponível em: [https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/roteiros/roteiro\\_metodologico\\_elaboracao\\_revisao\\_plano\\_manejo\\_ucsp\\_df](https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/roteiros/roteiro_metodologico_elaboracao_revisao_plano_manejo_ucsp_df). Acesso abr. 2025.

ICMBio. **Instrução Normativa nº 7/2017/gabin/icmbio, de 21 de dezembro de 2017**. Brasília, DF: ICMBio, 2017. 8 p. Disponível em: [www.gov.br/icmbio/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/instrucoesnormativas/arquivos/intrucao\\_normativa\\_07\\_2017.pdf](http://www.gov.br/icmbio/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/instrucoesnormativas/arquivos/intrucao_normativa_07_2017.pdf). Acesso abr. 2025.

TOCANTINS. Lei Estadual nº 907, de 20 de maio de 1997. **Dispõe sobre a Área de Proteção Ambiental que especifica e dá outras providências.**

TOCANTINS. Lei Estadual nº 1.558, de 31 de março de 2005. **Altera o art. 1º da Lei 907, de 20 de maio de 1997, modifica a denominação e a composição dos conselhos das unidades de conservação, e adota outras providências.**